



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE LEI N.º 5.203, de 2009

“Dispõe sobre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde e suas respectivas composições, e dá outras providências.”

Autor: Deputado Arlindo Chinaglia

Relator: Deputado Rodrigo Rocha Loures

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Arlindo Chinaglia, estabelece os foros de negociação e pactuação entre gestores quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde.

Apreciado na Comissão de Seguridade Social e Família, a proposição foi aprovada unanimemente, nos termos propostos pelo autor.

Encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação, fomos honrados com a designação para relatá-lo.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

2. VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão apreciar os aspectos financeiros e orçamentários públicos da proposição quanto à sua compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, e adequação quanto ao orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

A proposta em comento define as competências, atribuições e mecanismo decisório e reconhece como legítimos fóruns de negociação e pactuação entre as esferas de gestão do SUS as comissões intergestores tripartite, no âmbito nacional, e as comissões intergestores bipartite, no âmbito estadual. Define ainda que o Conselho dos Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) receberão recursos do Fundo Nacional de Saúde para o custeio de suas atividades.

Nesse contexto, entendemos que o Projeto não implica aumento ou diminuição de despesas, mas sim da organização dos foros de negociação e pactuação do SUS, ratificando o papel desses conselhos que há mais de dezessete anos planejam, negociam e implementam as políticas de saúde pública.

Diante do exposto, **voto pela não implicação em aumento de despesas ou diminuição de receitas públicas** do Projeto de Lei nº 5.203, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2009

Deputado Rodrigo Rocha Loures
Relator